



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de 1(um) contêiner e instalação (Estação Sustentabilidade) visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência e no Projeto - Anexo II:

Item	Especificação	Código SIASG	Unidade de medida	Quantidade
1	Contêiner (Estação Sustentabilidade) com entrega e instalação.	484791	UN	01

1.2. Descrição do Contêiner

1.2.1. O contêiner deverá apresentar as seguintes medidas e características (conforme projeto constante no Anexo II:

- Largura: 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
- Altura: 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros);
- Comprimento: 6,0 m (seis metros);
- Da pintura: Deverá ser realizada com tinta resistente as intempéries (como por exemplo pintura epóxi ou eletrostática), nas cores de acordo com a padronização de cores para os tipos de resíduos mais comuns e com adesivagem de texto e imagens explicativas. As informações são baseadas na resolução CONAMA mais recente e de acordo com padrões internacionalmente aceitos.
 - Amarelo - Metal em geral
 - Azul - Papel; papelão
 - Branco - Resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde
 - Cinza - Resíduo geral não reciclável ou misto, ou contaminado não passível de separação
 - Laranja - Resíduos perigosos
 - Marrom - Resíduos orgânicos
 - Preto – Madeira
 - Roxo - Resíduos radioativos
 - Verde – Vidro
 - Vermelho – Plástico

16.1.6 Deverá ser entregue e instalado nas dependências do Fórum Eleitoral de Curitiba,

para que seja realizado o devido armazenamento dos resíduos provenientes das atividades realizadas no Fórum Eleitoral de Curitiba, de acordo com os critérios necessários de acondicionamento sustentável, da mesma forma que existe já instalada unidade chamada “Estação Sustentabilidade” no terreno do edifício sede do TRE-PR, em Curitiba.

1.3. Natureza do Objeto: aquisição de bens.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

- 2.1.** A presente contratação tem como razão a necessidade de alternativas para solução do acondicionamento dos resíduos gerados no Fórum Eleitoral de Curitiba, adequando aos padrões definidos de sustentabilidade, conforme o artigo 63, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria do TRE-PR, cabe à Seção de Gestão da Sustentabilidade, Acessibilidade e Responsabilidade Social: “estimular a reflexão e a mudança dos padrões comportamentais, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas, acessíveis e inclusivas, e culturalmente diversas em busca de posturas mais eficientes, eficazes e responsáveis”.
- 2.2.** Esta aquisição também atenderá os Objetivos Estratégicos (OE) 2021/2026 do TRE-PR preveem, em relação ao tema “Sustentabilidade”, pontos de contato com 10 dos 17 ODS propostos pela ONU, sendo: 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17.
- 2.3.** Por meio da contratação pretendida, o TRE-PR será beneficiado com maior eficiência nos seguintes quesitos:
 - 2.3.1 Organização dos resíduos
 - 2.3.2 Aproveitamento na totalidade dos resíduos
 - 2.3.3 Evitar vetores (ratos, baratas, entre outros)
 - 2.3.4 Consumo x reciclagem aproveitáveis (ODS 12)
 - 2.3.5 Responsabilidade Social (o Tribunal é responsável pelos resíduos até a entrega definitiva para a Associação)
 - 2.3.6 Parceria em prol de metas (TRE e Associação).

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

3.1. Das obrigações da contratada:

- 3.1.1. Entregar e instalar o equipamento (contêiner) constante no item 1.1, nas dimensões, especificações e com as características conforme projeto apresentado no Anexo II;
- 3.1.2. Verificar previamente o local onde será instalado, prevendo a logística de transporte do Contêiner;
- 3.1.3. Orientar os responsáveis pela entrega, em relação ao espaço disponível no estacionamento, paralisação de veículos e pessoas na data da entrega previamente agendada com o fiscal/gestor;
- 3.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 3.1.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 48 horas, o objeto com avarias ou defeitos;
- 3.1.6. Não utilizar o nome do TRE-PR para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com prévia e expressa autorização do próprio Tribunal;
- 3.1.7. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnicas pertinentes ao equipamento, que eventualmente venham a ser solicitados pelo contratante;
- 3.1.8. Respeitar as normas de segurança, controle de bens e de fluxo de pessoas nas

dependências do TRE-PR.

3.2. Das demais obrigações da contratada:

- 3.2.1. O Contêiner deverá ser entregue e instalado respeitando as condições deste Termo de Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor.
- 3.2.2. Em todos os casos de entrega e retirada de produtos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE-PR.
- 3.2.3. A contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços, ora contratados.
- 3.2.4. A contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Sustentabilidade:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 4.1.1. Em conformidade com a IN SLTI/MPOG n. 01/2010, a Contratada deverá cumprir com os seguintes requisitos de sustentabilidade ambiental, quando aplicável:
 - 4.1.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.
 - 4.1.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
 - 4.1.4. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
 - 4.1.5. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).
- 4.2. Subcontratação:** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3. Participação de Consórcio:** não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. Condições de entrega:** o prazo de entrega e instalação do Contêiner será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do aceite da Nota de Empenho.
 - 5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Do local de entrega: O Contêiner deverá ser entregue e instalado na sede do Fórum Eleitoral de Curitiba, Rua João Parolin, 55, em Curitiba-PR, com horário previamente agendado com a servidora Sandra Nascimento Ferreira da Seção de Gestão da Sustentabilidade, Acessibilidade e Responsabilidade Social - SGSARS.

5.3. Garantia, manutenção e assistência técnica: o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.3.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.3.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.3.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.3.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo, a descamação da pintura, substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.3.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.3.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.3.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.3.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.3.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.3.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.3.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. DO MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos servidores formalmente designados, ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 6.5.1. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.5.2. O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

7. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E RECEBIMENTO

- 7.1. **Do recebimento provisório:** O Contêiner será recebido provisoriamente no prazo de *05 (cinco) dias úteis*, por servidor(a) da Seção de Gestão da Sustentabilidade, Acessibilidade e Responsabilidade Social - SGSARS, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 7.2. **Do recebimento definitivo:** O Contêiner será recebido definitivamente no prazo de *05 (cinco) dias úteis*, contados do recebimento provisório, caso haja, pela servidor(a) da Coordenadoria de Inovação e Sustentabilidade - CIS, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 7.3. **Dos bens rejeitados:** O Contêiner poderá ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituído no prazo de até *10 (dez) dias úteis*, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3.1. A não retirada do bem rejeitado no prazo acima fixado acarretará a requisição do material em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, pela configuração da perda da

propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133.

- 7.3.2. O material referido no item anterior será encaminhado para doação, a ser efetuada em conformidade com o Decreto nº 9.373, de 2018, que regulamenta o desfazimento de material no âmbito da Administração Pública Federal.
- 7.4. **Forma de pagamento:** o pagamento será realizado integralmente após o recebimento definitivo mediante apresentação de nota fiscal.

8. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 8.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.
- 8.2. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.
- 8.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Gestão da Sustentabilidade, Acessibilidade e Responsabilidade Social - SGSARS, por meio do telefone (041) 3330-8479 ou pelo e-mail sgsars@tre-pr.jus.br.